



Programa
Cátedras Brasil

Caderno 96

Sumário Executivo

Mais educação ou mais desperdício?
Evidências quase experimentais

Autor

Ana Carolina Pereira Zoghbi

Pareceristas

André Carraro

Claudio D. Shikida

Coleção: Cátedras 2019



Sumário Executivo

O programa Mais Educação foi criado em 2007 com o objetivo de fornecer atividades de acompanhamento pedagógico, atividades recreativas e extracurriculares no contraturno das escolas. Com isso, os alunos participantes teriam um ambiente próximo ao ensino integral, mas com custos menores. O programa foi gradualmente expandido até 2012, quando passou por uma grande expansão e introduziu critérios objetivos de priorização para participação no programa.

Entre os critérios estabelecidos na ocasião, foi definido que escolas com mais de 50% de seus alunos registrados no Bolsa Família teriam prioridade no processo de mobilização e inscrição. Esse critério não foi respeitado por muito tempo, mas permitiu explorar um experimento natural no curto prazo, dado pela descontinuidade da priorização para participação no Mais Educação entre as escolas que entraram no programa em 2012, comparativamente àquelas que não entraram até 2014 (período que temos dados disponíveis).

Primeiramente, realizamos testes de manipulação na variável que definia a priorização das escolas para participarem do Mais Educação, *i.e.*, o percentual de alunos das escolas no Bolsa Família. Os resultados de descontinuidade na densidade ao redor do *threshold* de priorização mostraram não haver manipulação dessa variável para escolas de ensino infantil e do ensino médio. Mas observamos alguma evidência nesse sentido para escolas do ensino fundamental. Entretanto, suspeitamos que esse resultado seja algum ruído ou resultado de arredondamento, pois as escolas não eram proibidas de ingressar

no programa. A priorização se deu no sentido de uma campanha e um processo de mobilização para que essas escolas participassem. Mas muitas escolas que não cumpriam os requisitos entravam no programa se mostrassem interesse e recorressem ao Ministério da Educação.

Em seguida, estimamos gráficos suavizados por bins e ajustando polinômios quarticos aos dados e, ainda, com pesos *kernel* triangulares ao redor do *threshold* de 50% dos alunos no Bolsa Família. Os gráficos claramente mostram um salto na probabilidade de participação no Mais Educação no ponto de descontinuidade.

Empregamos estratégias de Regressão Descontínua Paramétrica, *i.e.*, com o uso de toda a amostra ao redor do limiar de priorização sem ponderação distinta ao redor do limiar de 50%. Como esperado, verificamos um salto na probabilidade de participação no Mais Educação que variou entre 10% e 40%, dependendo do modelo e nível de ensino considerado. A análise do efeito do programa sobre os resultados mostrou que os coeficientes estatisticamente significativos encontrados somente refletiam diferenças de características preexistentes. Tomando as primeiras diferenças dessas variáveis, observamos efeitos significativos para redução no total de alunos por turma do ensino infantil, aumento no percentual de escolas de ensino infantil com laboratório de informática e aumento da taxa de aprovação do ensino médio.

Os modelos de regressões locais corroboram o salto na probabilidade de participação no Mais Educação ao redor do *cutoff* de 50% dos alunos no Bolsa Família, validando nossa variável instrumental. Os resultados de segundo estágio, no entanto, não se sustentam quando empregamos regressões locais em bandas mais restritas ao redor do referido limiar. Essa estratégia é menos dependente da forma funcional, mas depende mais do número de observações ao redor do ponto de priorização. **De todo modo, tomados em conjunto, os resultados sugerem que o programa não teve efeito em variáveis de desempenho escolar, rendimento, infraestrutura e intensidade da exposição à educação.** Entre as razões que podem ser apontadas para a falta de resultados do programa, temos:

1. Montante de recursos insuficiente para equiparar o contraturno ao ensino regular.
2. A escola tinha muita liberdade para escolher a disciplina de acompanhamento pedagógico, que deveria ser uma entre: ciências, história e geografia, letramento e alfabetização, línguas estrangeiras, matemática ou tecnologias educacionais.
3. O acompanhamento pedagógico não necessariamente estava integrado ao currículo do turno regular. Portanto, cada tratamento pode ter sido muito diferente de escola para escola.

4. Em alguns casos, o Mais Educação estava integrado a outros programas de escola com turno estendido, o que tornava difícil separar o que se deve a um ou outro programa.
5. Além disso, muitos municípios têm programas semelhantes que não estão identificados em uma base de dados estruturada, e, por isso, pode haver unidades tratadas por outro programa de escola em período integral ou contraturno, contaminando nosso grupo de controle.
6. Os monitores não tinham preparação adequada para participar do processo de educação, especialmente de acompanhamento pedagógico.
7. Dificuldade em conseguir pessoas interessadas em atuarem como monitores no programa.
8. A falta de didática dos monitores.
9. A alta rotatividade dos voluntários, devido ao baixo valor recebido e ao caráter precário de contratação.
10. Alguns professores também chegam a reclamar do foco do programa em atividades recreativas, deixando o reforço em segundo plano.

Assim, o foco do Mais Educação foi ofertar atividades de contraturno, mais do que estabelecer, de fato, o ensino integral. Se o objetivo principal era melhorar o aprendizado das crianças, certamente essa não foi a melhor maneira. E ainda que o objetivo principal do programa fosse desenvolver outras dimensões da educação, seria melhor antes investir no básico, como ler, escrever, interpretar textos, realizar cálculos e resolver problemas. Temos sempre que considerar o custo de oportunidade dos recursos. O problema do déficit no aprendizado é muito sério para ser deixado em segundo plano, em prol de atividades de contraturno que não estejam agregando ao aprendizado das competências educacionais mais básicas.

Uma recomendação *ex ante* importante para avaliação de programas educacionais é a realização de pilotos randomizados com programas bem-estruturados, com boa relação custo-benefício, pensados para melhorar a qualidade da educação. Uma vez comprovada a eficácia do programa, poder-se-ia pensar em ampliação do programa. É um problema comum no setor público brasileiro a definição primeiramente de um orçamento para o programa, e depois a distribuição de uma versão barata para atingir o maior número possível de beneficiados. Essa pulverização dos recursos se dá às custas da redução da qualidade do programa e, portanto, representa uma ineficiência na aplicação dos recursos.



Clique aqui para baixar
o **Sumário Executivo** separado.
Compartilhe!